XIV ANPED-CO
XIV ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO OESTE

3466 - Trabalho Completo - XIV ANPED-CO (2018)
GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

DEMARCANDO DIMENSÕES E PRINCÍPIOS DE DIVERSIDADES HUMANAS PRESENTES NA COLEÇÃO EDUCAÇÃO PARA TODOS ? UNESCO/MEC/SECADI (2007-2017)

Mauricio Macedo Vieira - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Resumo

Este texto apresenta uma perspectiva de pesquisa que se intenciona realizar intitulada Demarcando dimensões e princípios de diversidades humanas presentes na coleção educação para todos. Objetiva-se com a mesma demarcar acerca dos livros da Coleção Educação para Todos como o processo de inclusão humana em seus vários sentidos, ou seja: inserção étnico-racial, geracional, socioeconômica, das pessoas que vivem no campo, daquelas que vivem com deficiências e de gênero entre outras formas diversidades estão sendo evidenciadas por pesquisadores, professores e outros agentes de processos educativos escolares e não escolares. A questão que orientará esta investigação será a de: Em que medida os escritos da Coleção Educação para Todos respondem ou não as dimensões e princípios de se educar para as diversidades humanas? A investigação terá como referencial teórico-metodológico uma perspectiva crítica da educação inspirada em Santos (1999), elegendo encaminhamentos da pesquisa qualitativa. De posse desses registros, dar-se-á um tratamento aos dados, confrontando a teoria com a prática e, por fim realizar-se-á uma descrição envolvendo os as dimensões e princípios de educar a todos para as diversidades enunciados pela UNESCO, MEC e SECADI.

DEMARCANDO DIMENSÕES E PRINCÍPIOS DE DIVERSIDADES HUMANAS PRESENTES NA COLEÇÃO EDUCAÇÃO PARA TODOS – UNESCO/MEC/SECADI (2007-2017)

Em que medida os escritos da Coleção Educação para Todos responde ou não as dimensões e princípios de se educar para as diversidades humanas? A questão que orienta esta investigação é: Como vem sendo materializado/tratado o entendimento da diversidade e inclusão compreendida pela (SECADI), na Coleção Educação para Todos?

O presente texto que se apresenta instiga as primeiras aproximações para uma pesquisa que pretende investigar o contexto, as dimensões e os princípios produzidos nas obras da Coleção Educação para Todos publicada pela UNESCO/MEC/SECADI. O seu corpo textual são as análises das 33 (trinta e três) obras nas quais as interpretações dos dados desses referenciais assumem a centralidade e a relevância específica.

Com base numa pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo serão investigadas as diversas formas de abordagem teóricas dos conceitos de diversidades numa perspectiva de análise subjacente à produção destes conceitos expressos nos discursos textuais.

A intenção será analisar essas dimensões conceituais enquanto presentes no interior da escola não

somente como práticas sociais, mas também enquanto discursivas nos moldes de análise e interpretação dos dados.

A pesquisa propõe uma profunda reflexão ética sobre os conceitos de diversidades trabalhados nas obras supracitadas procurando realizar uma ponte sobre as construções teóricas e àquilo que é assimilado na escola.

E ainda, propõe uma reflexão sobre os caminhos percorridos pelas escolas no entendimento dos conceitos ora postos para as análises e direcionamentos. Esta análise situa-se numa esfera interdisciplinar que abarca, essencialmente, o currículo previsto nos diversos campos das diversidades, e se insere, portanto, na Linha de Pesquisa “Movimentos Sociais, Política e Educação Popular”.

O principal ponto a ser discutido é compreender através de uma análise criteriosa da Coleção Educação para Todos, composta em 33 volumes publicados no site da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), a diversidade humana e o reconhecimento das diferenças.

O substantivo feminino diversidade pode significar variedade, diferença e multiplicidade. A diferença é a qualidade do que é diferente, o que distingue uma coisa da outra, a falta de igualdade ou de semelhança. A variedade diz respeito a qualidade, atributo ou atestado de algo que possui diferentes formas ou tipos que se diversificam dentro de uma classe. A multiplicidade diz respeito a grande número ou variedade de algo. (SILVÉRIO, 2005, p. 87).

O pensamento em epígrafe explicita um sentido de diversidade. A diversidade “se constrói acerca das relações dos seres humanos com a natureza e com a vida social, em que lidamos com dilemas, fatos e fenômenos universais, assim como lidamos fatos e fenômenos singulares”, ao modo como afirma Nilma Lino Gomes (2006).

Assim, esta pesquisa representa um compromisso pedagógico em apontar algumas iniciativas de organismos internacionais e de setores públicos para possibilitar transformações sociais. Do mesmo modo esta tarefa investigativa também se inscreve nos chamados novos temas que chegam à educação escolar por volta dos anos de 1980, no processo de abertura política, nas dimensões da diversidade.

Desse modo, cabe lembrar que em meados dos anos de 1980, acontecem mobilizações de setores da sociedade mundial, inclusive a brasileira, no sentido de valorização das diferenças.

Os movimentos em si, longe de se configurarem como novidades, são fortemente marcados na luta pelos direitos civis dos Estados Unidos da América desde das décadas de 1940, e 1960, referendando-se também na Declaração Universal dos Direitos Humanos e 1948, em destaque o Artigo XXVI, que estabelece que:

1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
   A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. [...] (ONU, 1948)

Neste sentido, o princípio educativo universalizador, sobretudo a escolar advoga que a educação é um direito fundamental de todos (Jomtein, 1990), mulheres e homens, de todas as idades, religiões, identidade sexual e de gênero, das áreas urbanas ou do campo, de diversos pertencimentos étnico-raciais, ricos ou empobrecidos do mundo inteiro.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos serviu de referência para Constituição da República

Federativa do Brasil de 1988. Pode-se constar tal inferência no Art. 205 que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

A CF de 1988, designou as deliberações da LDB Lei Nº 9.394 1996, dos Parâmetros Curriculares Nacionais, e demais medidas jurídicas decorrentes dessas, na educação brasileira.

Ao abordar tal temática emerge componentes culturais indispensáveis para as análises, pois desigualdades têm marcado as relações humanas com preconceitos e discriminações, exigindo por parte de grupos como educadores, organizações em defesa dos direitos das pessoas, por parte do poder público, e de universidades iniciativas que nos ajudem a desvelar o mote de projetos e programas que orientam para os enfrentamentos as desigualdades alijamentos educacionais, sociais, culturais.

Com isso o olhar empírico sobre a realidade social, cultural, econômica e educacional deve levar a observação de que algumas pessoas vivenciam efeitos combinados de exclusões que se manifestam em várias esferas de vida, levando a se criar formas de enfrentamentos no sentido de reverter o desprestígio social, cultural, econômico, religioso e político imposto a elas como inferiu Silva (2013).

Desta feita, os desníveis entre ricos e pobres, homens e mulheres, campo e cidade, defesa do meio ambiente e devastação, saúde e doença, criança/adolescente/jovem e idosos, pessoas negras e não negras, indígenas e não indígenas, alfabetizados e analfabetos, com e/ou sem algum tipo de deficiência, jeitos de ser, viver, se relacionar, cosmovisões de mundo têm instigado o debate sobre a diversidade, intensificado sobretudo nos anos de 1990, 2000, até nossos dias da forma como afirmaram Gomes (2003), Silva Jr. (2003) entre outras e outros.

O exposto acima indica a necessidade de investigações sobre as ações que visam a superação desses processos tão desumanos para que assim seja possível ampliar o arcabouço acadêmico sobre esta temática.

E, outra importante motivação foi despertada na literatura em que se explicita de que as últimas décadas do século XX e os primeiros anos do século XXI o mundo tem passado por muitas mudanças sociais, culturais, políticas e educacionais. Pensamentos mais progressistas e humanizadores têm disseminado o debate de que as desigualdades entre homens e mulheres, ricos e empobrecidos, mandatários e subordinados, opressores e oprimidos precisam ser sobejamente superadas.

Por grupos mandatários, se entende aquelas/aqueles que exercem ou tentam exercer a dominação sobre todas e todos, regulando-se por padrões que servem para justificar discriminações e exclusões, como as de: “gênero, raça/cor, classe social, opção religiosa, orientação sexual, opção de eco vida, condições de saúde, faixa etária e pessoas com deficiência”. (SILVA. 2013, p. 43).

[...] desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável; direitos humanos; gênero e diversidade de orientação sexual; escola e proteção à crianças e adolescentes; saúde e prevenção; diversidade étnico-racial; políticas afirmativas para afrodescendentes e populações indígenas; educação para as populações do campo; educação de jovens e adultos; qualificação profissional e mundo do trabalho; democracia, tolerância e paz mundial. (UNESCO/MEC/SECADI, 2007).

Dentro deste contexto, verifica-se que as publicações da UNESCO\MEC\SECADI fomentam o debate sobre a diversidade, no sentido de valorizá-las e assim promover uma cultura de paz.

Desta forma, demarca a relevância desta investigação acrescentar as discussões sobre educação e diversidade, mais um elemento: o princípio de educação para todos, visto que tais medidas são

consideradas abrangentes, se apresentando como universo exploração em pesquisa, sobretudo se levar em consideração mais de uma década de iniciativas brasileira em destaque nos meados dos anos de 1980, e toda ação disseminada pela UNESCO, MEC, SECADI nos dez últimos anos do século XXI.

No esforço em alcançar os objetivos propostos, de a mesma forma responder a questão de pesquisa os encaminhamentos investigativos se orientarão por procedimentos metodológicos da pesquisa qualitativa por entender que esta:

[...] recobre, hoje, um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais, assumindo tradições ou multiparadigmas de análise, derivadas do positivismo, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, da teoria crítica e do construtivismo, e adotando multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno situado no local em que ocorre, e enfim, **procurando tanto encontrar o sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a eles**. (CHIZZOTTI, 2003, p. 221). Grifo nosso.

O levantamento de dados se fará acerca da pesquisa bibliográfica. Justifica-se tal opção por entender com Malheiros (2012) que este procedimento:

[...] Levanta o conhecimento disponível na área, identificando para compreender ou explicar o problema objeto da investigação. É fundamental a todos os demais tipos de investigação, já que não se pode proceder ao estudo de algo, sem identificar o que já foi produzido sobre o assunto, evitando tomar como inédito o conhecimento já existente, repetir estudos já desenvolvidos, bem como elaborar pesquisas desguarnecidas de fundamentação teórica. (MALHEIROS, 2012, p. 2)

Os procedimentos metodológicos adotados privilegiarão a revisão de literatura sobre a temática e a análise do conteúdo das 33 obras da coleção Educação Para Todos da UNESCO/MEC/SECADI.

Servirão como aportes teóricos dessa investigação as obras APPLE (2013), SILVA (2003), GOMES (2003), SILVÉRIO (2005), SILVA (2013) FREIRE (2005), SLEE (2011) visto que cada autora/autor a seu modo indicam a necessidade de estratégias para desconstruir e desestabilizar a naturalidade com que racismos, sexismos, etnocentrismos estão impregnados em nossa sociedade e defendem o respeito à universalidade/diversidade dos diferentes; no campo semântico, pedagógico, jurídico, político, cultural e educacional.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. As tarefas do estudioso/ativista crítico em época de crise educacional. Revista Pedagógica. UNOCHAPECÓ, ano 17, v. 1, n. 30, p. 29 - 66, jan./jun., 2013.

BRASIL. **Lei nº. 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996**, que dispõe sobre as Diretrizese Bases da Educação Nacional.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **LEI de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LBD Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Brasília: MEC, 1996.

_____. **Lei Nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Brasília: MEC, 2003.

_____. **Lei Nº 11.645, de 11 de março de 2008**. Brasília: MEC, 2008.

_____. **DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC17/06/2004.

_____. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: <http://w.planalto.gov.br/ccivil_03/ leis/2003/L10.639.htm>.

_____ . **Lei nº. 11.645/2008**. Inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: http://www.planalto.gov.br Acesso 03/11/2013.

CHIZZOTTI, Antonio. **A pesquisa em ciências humanas e sociais:** Evolução e desafios. Revista Portuguesa de Educação. Ano/vol. 16 n º 002 – Universidade do Minho – Braga, Portugal, 2003. Pp. 221-236.

DORNELES, Claunice Maria. A concepção dos professores sobre in/exclusão de estudantes com deficiência visual na educação básica. 2014. 228 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2014.

FIORI, Ernani Maria (1986) **Conscientização e educação.** Educação e Realidade. Porto Alegre: UFRGS. 11(1). jan/jun. 1986. p.3-10.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. (2006). O desafio da diversidade. In: **Experiências étnico-culturais para a formação de professores.** Belo horizonte: Autêntica, 2006, p.p 13 – 34.

HENRIQUES, Ricardo; MARANGON, Antonio; DELAMORA, Michiele e CHAMUSCA, Adelaide. **Educação do campo:** diferenças mudando

paradigmas. Cadernos SECAD 2, SECAD/MEC. Brasília, fevereiro de 2007.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MADER, Gabrielle. Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração da pessoa portadora de deficiência.** São Paulo, Memnon, 1997.

MALHEIROS, Márcia Rita Trindade Leite. **O processo de pesquisa na graduação.** Disponível em:

<http://www.profwillian.com/_diversos/download/prof/marciarita/Pesquisa_na_Graduacao.pdf>; acesso em 14/11/2012.

MATOAN, Maria Teresa Ègler. **Inclusão Escolar O que é? Por quê? Como fazer?.** São Paulo: Moderna, 2003.

MICHAELIS, **Moderno da Língua Portuguesa.** Dicionário eletrônico/DIC Prático. 2002.

OLIVEIRA Maria Waldenez de. et.al. **Processos educativos em práticas sociais:** reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. GT 6, 5383-int. ANPED, 2009.

ONU, Organização Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 10 de dezembro de 1948.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **O negro na universidade**, p. 9. Salvador: Novos Toques, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Porque é difícil construir uma teoria crítica? Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 54, p.197-215, jun. 1999.

SANTOS, Hélio, (1999). **Políticas Públicas para a População Negra no Brasil**. Observatório da Cidadania, nº 3, 1999.

SANTOS, Joel Rufino. **O que é racismo.** São Paulo: Abril Cultural/Brasilienses **– (**Coleção Primeiros Passos), 1984.

SANTOS, Sales Augusto dos. Ação Afirmativa e mérito individual. In OLIVEIRA, Iolanda de e SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **IDENTIDADE NEGRA Pesquisas Sobre o Negro e a Educação no Brasil. ANPEd – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em**

Educação, 2003.

SILVA**,** Cidinha da. **Ações Afirmativas em educação – experiências brasileiras** – São Paulo: Sumus, 2003.

SILVA, Maria de Lourdes. **Mulher negra e trajetória profissional:** o magistério como caminho de inserção no mercado de trabalho. Dissertação (Mestrado em Educação) Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2004.

_____. **Dialogando com Professoras Negras: Experiências e Vivências de Racismos e Combate ao Racismo no Ensino Superior**. Texto da qualificação de Doutorado em Educação – Programa de Pós-Graduação em educação da Universidade Federal de São Carlos - PPGE/UFSCAR, 2011.

_____. **Enfrentamentos ao racismo e discriminações na educação superior:** Experiências de mulheres negras na construção da carreira docente. Tese de Doutorado em Educação – Programa de Pós-Graduação em educação da Universidade Federal de São Carlos - PPGE/UFSCAR, 2013.

SILVÉRIO, Valter Roberto. A (re) configuração do nacional e a questão da diversidade. In. ABRAMOWICZ, Anete e SILVÉRIO, Valter Roberto. **Afirmando diferenças:** Montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. Campinas: Papirus, 2005. p. 87-108.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).**Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia, 1990.